







VINÓPOLIS

SADE E KANT NA FERRADURA POLÍTICA

CARMO, Cochise César de M. (1)

1.UEMG. Unidade Divinópolis cochisecesar@zoho.com

RESUMO

Sade é talvez o mais puro exemplo da autonomia do humano perante outro humano, que não se importa com a dor que causa ao próximo, mas apenas com o próprio gozo. Kant por outro lado é reconhecido por ter edificado um sistema ético tão nobre e altruísta quanto o cristianismo ideal sem precisar de conceitos filosoficamente problemáticos, como deus. Estão portanto em extremos opostos em uma escala moral. Este artigo porém usa o conceito da ferradura política, que defende que o espectro político não é uma régua, mas uma ferradura onde os extremos estão mais próximos um do outro que do centro, e a leitura lacaniana apresentada em Kant com Sade para argumentar que a ética pura kantiana é tão perigosa quanto a sádica. Kant baseia sua ética no dever, na obrigação moral de todo humano de agir como acha que todos deveriam agir. Esta posição é tão autônoma e tão desinteressada do próximo quanto a de Sade, uma vez que o imperativo é sobre o próprio indivíduo. No entanto as relações éticas não são autônomas, mas relações sociais que, na lógica do Estado, são normatizadas em lei. E assim como o estado nasce da violência, a lei se instaura e se mantém através da violência. Portanto, a posição kantiana, quando socializada, e o será por causa de seu próprio desejo de universalidade, recorre à força para se tornar lei universal. Temos portanto pessoas puras e éticas, na acepção kantiana, ou cristã, clamando por violência contra quem não aceite o que elas decidiram que deve ser a lei universal. Então, em nome do gozo de um mundo que se coadune com seus valores, indivíduos que se identificam com Kant pedem redução da maioridade penal, penas mais longas, pena de morte, criminalização de psicotrópicos, aborto e outras condutas inócuas. O próprio desejo de universalidade das éticas de matriz kantiana as leva à armadilha do moralismo que as aproxima irremediavelmente do sadismo.

Palavras-chave: Sade, Kant, ferradura política, ética, moralismo, punitivismo











O indivíduo imerso na sociedade e as éticas sádica e kantiana

A Ética é esfera necessária da vida humana a partir do momento em que se define esta vida humana como fenômeno coletivo. Entenda-se que a vida biológica de animais da espécie Homo sapiens não é necessariamente coletiva, mas também não é humana. O que identificamos como humano é resultado de processos culturais, necessariamente coletivos (SANTOS). A Ética, como campo de mediação entre indivíduos surge portanto como campo necessário para que se possa falar em sociedade, mesmo que esta sociedade não a tenha elaborado em sistemas racionais como a religião e a filosofia.

Vários desses sistemas se baseiam no indivíduo, imerso em uma sociedade, por necessidade conceitual, mas sem uma fundamentação social forte. Obviamente, na medida que o indivíduo é dotado de liberdade radical de ação é, em última instancia, responsável pelas ações, e os fatores sociais como educação, tabus, costumes e leis são não mais que orientadores (SARTRE), sem real poder de decisão, a ética precisa de uma fundamentação individual consistente. Porém, chama a atenção nas duas éticas aqui analisadas, a sádica e a kantiana, serem éticas que desprezam completamente a coletividade.

Sade, sendo um escritor de ficção, não um filósofo, não no deixou uma sistematização ética clara, mas há uma grande uniformidade ética em sua obra que nos permite inferir valores. Há também passagens em que personagens fazem defesas de postulados ético filosóficos, principalmente A Filosofia na Alcova (SADE) que dada a coerência com o espírito geral da obra, podemos agrupar como uma "filosofia sádica". Esta filosofia de baseia em duas premissas: a superioridade do indivíduo perante qualquer tipo de sociedade, que lhe garante autonomia completa diante de tabus e leis e a aceitação da animalidade humana e seus instintos. Percebe-se que a segunda é claramente derivada da primeira. Na medida em que o indivíduo é superior à todas as limitações sociais, deve abraçar sua natureza e todos os impulsos que as restrições sociais castram de modo a viver sua individualidade de modo pleno. Assim, o imperativo ético para o indivíduo é entregar-se à satisfação de seus desejos.

Kant, a primeira vista, subordina o indivíduo à coletividade, uma vez que o imperativo categórico preza o bom funcionamento de uma sociedade. Ao exigir "Age como se a máxima da tua ação fosse para ser transformada, através da tua vontade, em uma lei universal da natureza." (KANT) o que Kant exige é que o fim de toda ação seja o bom funcionamento da sociedade. Uma observação mais detida do enunciado mostra entretanto que a sociedade é apenas objeto de um ato volitivo individual. É a volição individual





que transforma a máxima da ação em lei universal. O enunciado do imperativo categórico é, portanto uma meta ética, da qual cada individuo pode se apropriar em função de suas crenças pessoais sobre qual seria a melhor lei universal. Um comunista e um capitalista certamente discordariam quanto à lei universal que rege a propriedade dos meios de produção. Mas Kant não se contenta em criar uma meta ética. Ele defende **uma** ética. Ao longo de suas obras ele discorre longamente sobre como um conjunto específico de regras morais seriam as que melhor garantiriam o funcionamento da sociedade. Sua ética se baseia em alguns pressupostos como por exemplo que o mundo, como estava, era adequado, e precisa funcionar melhor, mas não ser profundamente transformado. A solução para fazer o mundo funcionar melhor seria fazer com que toda ação se desse estritamente dentro de regras rígidas, propondo uma sociedade em que todos os aspectos da vida se parecessem com uma versão mais rígida, impessoal e desumana da burocracia prussiana. Maior exemplo disto é sua defesa que mentir sempre é errado, mesmo que para salvar uma vida.

Assim, Kant não apenas defende uma ética que transforma o indivíduo em árbitro de todo o mundo, já que é ele que determina e impõe à sociedade leis universais, como se arvora a ser O indivíduo que que determina quais as leis universais necessárias. Tal excesso é compartilhado por Sade, que vendo o homem livre das amarras sociais defende não uma meta ética como o "faz o que tu queres" de Aleister Crowley, mas uma resposta singular: se entregar às paixões carnais.

A morte de deus e a questão que une Sade e Kant

Kant é reconhecido por ter criado um espécie de cristianismo laico, um sistema moral em que a quase totalidade dos valores cristãos é defendida, porém com argumentos absolutamente lógicos e racionais. Considerando que Kant não defende nenhuma mudança radical do *status quo*, e este era em sua época essencialmente cristão, não é de se espantar portanto que ele tenha recriado em sua ética os valores sob os quais vivia.

Kant e Sade portanto são curiosamente próximos. Ambos apresentam uma ética focada unicamente no indivíduo e se arvoram a propor uma única solução para a pergunta base de como deve o indivíduo agir em sociedade. O que os diferencia é tão somente que Sade renega os valores de sua época enquanto Kant os abraça.

Contemporâneos, porém separados por uma grande distância e signatário de nacionalidades distintas, Sade francês, Kant prussiano, ambos servem como caricatura das opções políticas coletavas destes países. A França de Sade é a revolucionaria, que vivenci-











ou a política com uma paixão difícil de encontrar paralelos. Marcada por episódios sombrios em que os instintos violentos encontraram vazão coletiva através da ação revolucionária como a tomada da Bastilha, o Grande Medo, os vários episódios de execuções populares de nobres e outros presos. A Prússia, que ensaiava o ethos pelo qual se tornará conhecida, de organização, impessoalidade e militarismo, se impõe como guardiã do antigo regime e participa da Sagrada Aliança contra os revolucionários. A época em que ambos viveram foi sacudida por escritos iluministas e pelas primeiras negações ocidentais da existência de deus que foram amplamente discutidas pela intelectualidade, mas uma mudança ainda mais radical pode ser vista na história do pensamento: independente da admissão ou não da existência divina os argumentos filosóficos e científicos começam a não poder se basear em argumentos teológicos ou narrativas bíblicas. É evidente a diferença entre o texto de um Galileu, que apesar de já apresentar várias características da ciência moderna ainda mistura o pensamento empírico e o religioso em seus textos e um Descartes, que fundamenta seus textos na razão pura, que Kant viria a criticar duramente em sua obra máxima. São os primeiros momentos da "morte de deus", como a batizou posteriormente Frederich Nietzsche. A fé pessoal do intelectual começa a se tornar irrelevante, porque suas obras passam a precisar ser necessariamente laicas para serem aceitas. fundamentadas não na tradição e na autoridade, mas na razão e na experimentação.

Esta nova configuração intelectual naturalmente tem impacto sobre a ética, que até então era domínio de verdades de fé, calcadas em conceitos como punição ou recompensa divina. Sade e Kant partilham a mesma época e portanto as mesmas questões morais que afetam a intelectualidade de sua geração. Ambos respondem à pergunta "sem as imposições divinas, de que modo deve agir o ser humano" e para a responderem se baseiam na razão, como se espera de intelectuais de sua época. Assim, podemos ver que estão ambos no mesmo campo, em uma disputa simbólica, já que suas respostas são antagônicas: Kant reafirma os mesmos valores da tradição sem os fundamentar nas verdades de fé e Sade prega a desobediência aos valores da tradição em nome da satisfação dos desejos instintivos.

Kant e Sade na ferradura política

Muito embora esta disputa seja simbólica e não factual, é uma disputa em análoga a uma disputa política. Inclusive, se compreendermos como Marx a superestrutura cultural de uma sociedade como essencialmente política, inclusive seus elementos mais bási-











cos como valores fundamentais da ética, uma vez que dependente de condições econômicas e políticas para sua existência, podemos afirmar categoricamente que é uma disputa política.

Jean-Pierre Faye em *Le Siècle des idéologies* propõe a "teoria da ferradura" que consiste em substituir a imagem de um contínuo plano como uma régua onde se distribuem as visões políticas em esquerda e direita por um arco em forma de ferradura, onde os extremos opostos estão mais próximos entre si que posições opostas mais moderadas. Assim, a extrema esquerda se aproxima da extrema direita, mas a esquerda e a direita moderadas se distanciam (RATIONAL WIKI).

Considerando que a divisão entre esquerda e direita não é uma divisão lógica, imutável, que se assemelhe aos ideais platônicos mas um acidente histórico que vem sendo ressignificado a cada geração; e também que este sistema de classificação é um sistema absoluto, capaz de qualificar virtualmente qualquer fato, posição ou opinião e o classificar em algum ponto de sua escala, mesmo que admitamos que outros conceitos podem interpretar melhor o objeto que os de esquerda e direita, podemos nos permitir o exercício de colocar as éticas sádica e kantiana nesta escala, esquerda e direita, mesmo admitindo que esta talvez não seja a melhor régua para medir este objeto.

A conclusão a que somos obrigados a chegar é que a ética kantiana se coloca na extrema direita, pois sua transposição do plano pessoal para o plano social resultaria de um sistema político altamente normatizado por "leis universais da natureza" em que as regras cobririam todos os aspectos da ação humana e teriam precedência sobre as vontades ou mesmo o bem estar individual. Este sistema se encaixa facilmente no conceito de fascismo ou totalitarismo, sistemas de extrema direita.

Sade por outro lado, que nega qualquer autoridade externa sobre o indivíduo ao ser transposto para o plano social resultaria em um sistema sem leis, porque inúteis, em que todos se entregam às sua paixões, natureza e necessidades. O sistema político mais próximo deste é o anarquismo, que propõe o fim do estado, das leis e de todos os mecanismo de coerção, muito embora os anarquistas tenham uma visão muito diferente da sádica de como o ser humano se comporta em um ambiente sem normas. Sade, portanto, deve ser colocado na extrema esquerda.

A suposta proximidade entre estas posições já foi sugerida anteriormente, mas agora a analisemos detidamente.





A visão psicanalítica em Kant com Sade

Lacan em seu ensaio *Kant com Sade* é o primeiro a sugerir esta proximidade em termos psicanalíticos. Nele interpreta psicanaliticamente o enunciado do imperativo categórico kantiano e denuncia que ele é uma lei pura, uma enunciação sem enunciado. Esta enunciação, muito embora ascética, é ligada diretamente a um princípio de prazer uma vez que objetiva o Bem, abstrato, platônico. O indivíduo abraça a Lei em busca da satisfação de uma pulsão por Ordem que é erótica, e em nome da fidelidade à lei consente inclusive em causar dor.

Para Sade, por outro lado, o ponto de partida é, não a Lei, mas o prazer, ou o Bom, para preservar o jogo de palavras alemão entre *das wohl*, o bem estar e *das Gute*, o Bem. O Bem existe enquanto fantasma que o sujeito busca de acordo com uma Lei, a da satisfação de pulsões, que em Sade é necessariamente a pulsão por ser instrumento da dor do outro. Assim o outro é anulado e o indivíduo afirmado em sua potência por ter quebrado a Lei anterior que se impunha, apesar de para isto ter enunciado uma nova Lei.

O que Lacan evidencia é que Kant e Sade são espelhos invertidos da relação entre o Prazer e a Lei. Kant abraça a Lei em nome do Prazer e Sade extrai o Prazer exatamente da ruptura da Lei, apesar de para isto precisar c criar uma nova Lei, que, esta sim e assim como Kant, abraça em nome no Prazer.

Ambas as éticas são portanto imperativas, enunciando um modo de agir, e próximas entre si no já citado fato de que ambas se baseiam na anulação do outro enquanto sujeito, e no fato de que ao agir de acordo uma Lei o indivíduo se torna um instrumento dessa Lei em uma relação erótica com ela.

O impulso sádico da execução do imperativo categórico

A psicanálise, embora fale de subjetividades individuais, busca a elaboração de padrões gerais que auxiliem a compreender a mentalidade humana. Assim, embora seja preciso cuidado ao transpor afirmações psicanalíticas para o plano social, uma vez que a sociedade é um conjunto discreto, não uma continuidade analítica, é possível identificar padrões psicológicos similares em contextos similares.

Podemos por exemplo relacionar os estereótipo do adolescente rebelde ao mecanismo que Lacan usa para entender Sade, onde o indivíduo torna quebrar a Lei uma nova Lei, que abraça em busca do gozo. Igualmente, podemos explicar o estereótipo do burocrata que se satisfaz em dificultar processos, sendo desnecessariamente rígido, interpretando











normas do modo mais restritivo ou até inferindo, para não dizer inventando, normas, através do mecanismo que Lacan usa para entender Kant, onde o indivíduo abraça a Lei em busca do gozo. Ambos querem impor a *sua* lei ao mundo para atingir a satisfação de suas pulsões pessoais. Este trabalho não se ocupa entretanto destes estereótipos, mas de estender pontes entre as morais sádica e kantiana e o espectro político.

Se os próprios Sade e Kant são, como seria de se esperar por sua época, pensadores da racionalidade, Lacan por outro lado é um pensador da irracionalidade. Costuma-se recorrer à psicologia, seja no plano individual seja na análise acadêmica quando a análise racional não alcança por completo os fenômenos. Há na atuação política várias posições que por uma lógica puramente racional são inexplicáveis, ou como aponta o próprio Sade, "Eles não querem o povo no poder, querem matar o rei".

Lênin em "Esquerdismo, doença infantil do Comunismo" denuncia repetidamente que a extrema esquerda, ou o esquerdismo é errado em sua lógica utilitarista, poque as posições da extrema esquerda impedem que a esquerda alcance o poder, ao negar a possibilidade de alianças, exigir processos perfeitos em condições imperfeitas, etc. No Brasil partidos como PSTU, PCB e PCO participam de processos eleitorais sem ambição de vencê-los, em uma contradição patente da máxima de que um partido representa um projeto de poder. Durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Vana Roussef em 2016 o PSTU se posicionou com o slogan "Fora todos eles!", que é racionalmente impraticável dentro dos limites do atual estado constitucional brasileiro, mas também não defendeu ou empreendeu uma tentativa de quebra da institucionalidade via golpe, atentado, revolução ou outro meio.

São posições que de acordo com uma lógica utilitarista, que pressupõe que a ação política quer alcançar algo e vai buscar os melhores meios de alcançar isto, são irracionais, contraproducentes. Mas se considerarmos não o utilitarismo leninista, mas a abordagem lacaniana, a negação expressa no "Fora todos eles" não precisa alcançar seu objetivo, mas apenas se manifestar em protestos, passeatas, pra que os integrantes do partido alcancem a passagem ao ato de sua pulsão de ser contra a ordem vigente.

Claro, se essa hipótese vier a ser confirmada, estes partidos deixam de ser a expressão de um projeto de poder e se tornam instrumentos de terapia coletiva. Como Lênin denuncia repetidamente no Esquerdismo, estas posturas pouco pragmáticas acabam por auxiliar a direita, uma vez que dividem o campo de esquerda negando todos os proces-







sos de transformação reais porque nenhum deles consegue alcançar a perfeição da Lei que eles elegem para derrubar o *status quo*, confirmando a teoria da ferradura.

Igualmente, no outro extremo do espectro político, a extrema direita, há posições que não podemos deixar de considerar irracionais quando analisadas pela lógica utilitarista.

Vários grupos políticos brasileiro, principalmente a direita cristã que é hegemonicamente evangélica, dispensam muita atenção e energia ao que chamamos de liberdades individuais. Pautas como descriminalização do aborto, eutanásia e psicotrópicos, direito de casamento LGBTT, abordagem da questão de gênero nas escolas, etc. Estas pautas, caso obtenham sucesso, são em sua quase totalidade o que a Teoria do Direito denomina "direitos negativos", (WIKIPÉDIA) ou seja, direitos que não geram obrigações a ninguém, mas apenas garantem a não intervenção do Estado sobre as vidas particulares. Do ponto de vista utilitarista não há motivo para alguém militar contra um direito negativo, uma vez que sua vida não será afetada por sua implantação. Utilizando a abordagem lacaniana no entanto, o que estaria em jogo não é alcançar algo, mas a defesa da Lei, pela lei. É, parafraseando Kant: através da tua vontade impor ao outro o valor que fundamenta tua ação, ao tornar este valor uma lei do Estado.

Quando a posição kantiana é socializada através do Estado, chegamos à contradição final e à aproximação máxima entre Kant e Sade, porque o Estado é necessariamente violento. A relação entre a Lei abstrata e a lei concreta do Estado é uma relação marcada pela violência, porque o próprio Estado, que sob a perspectiva jurídica se confunde com suas leis e o Estado nasce da violência. Um processo revolucionário violento quebra a ordem anterior e instaura uma nova. A violência deste nascimento permanece, como ameaça, e é o que sustenta a legislação posterior a essa instauração da ordem. (BENJA-MIN) Toda lei, por definição, instaura uma ordem que o Estado sustenta através da ameaça da violência. Em nome da manutenção dessa ordem, os estados, modo geral buscam o monopólio da violência, fazendo com que toda a ação repressiva de instauração da ordem seja transferida do plano individual para o coletivo, mediado pelo Estado. Assim, a posição teoricamente "boa", de um indivíduo com uma ética kantiana, que deseja a instauração da ordem é necessariamente uma posição que deseja a violência, ou no mínimo sua ameaça sobre o outro, porque concretamente a transformação de um valor em lei, nas condições concretas da vida social mediada pelo Estado, é um processo que se sustenta em uma violência inicial da instauração do Estado e na ameaça constante da vio-











lência, monopolizada pelo Estado, contra quem se rebela contra a lei, consubstanciada no poder de polícia inerente à atividade estatal.

Não é de se espantar portanto que ao analisar o comportamento concreto dos setores mais identificados com os valores kantianos de respeito e amor à ordem, o que vamos encontrar é um clamor por uma atitude punitiva mais firme por parte do estado, materializada nos movimentos a favor da redução da maioridade penal, aumento de penas, criminalização de práticas ainda não abraçadas pelo direito penal, como maus tratos a animais, etc. O desejo do Bem, para se materializar na sociedade mediada pelo Estado precisa transformar a Lei em lei e esta última é necessariamente violenta, se impondo através da ameaça da violência. Assim, a moral kantiana se identifica com e se realiza através dos mecanismos sádicos. O que está em jogo não é o ganho de qualquer coisa, senão da satisfação da pulsão erótica da identificação com a Lei através da universalidade da Lei. Por irônico que seja, a satisfação desta pulsão ocorre pelo processo subjetivo que Lacan identifica em Sade, em que o indivíduo abraça como lei impor a dor ao outro, obrigando o outro a se submeter à sua vontade para seu puro e simples gozo.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Para uma crítica da violência.** *In* Escritos sobre mito e linguagem, p. 121. São Paulo: Editora 34, 2011

KANT, Crítica da razão prática. Tradução Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LACAN, Jacques. Kant com Sade. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO. Fora Dilma, Fora Cunha, Fora Temer, Fora Aécio e esse Congresso Nacional! Fora todos eles! Digital, 2015. Disponível em http://www.pstu.org.br/fora-dilma-fora-cunha-fora-temer-fora-aecio-e-esse-congresso-nacional-fora-todos-eles/ Acessado em 03/11/2016

RATIONAL WIKI. **Horseshoe theory**. Digital. Disponível em < http://rationalwiki.org/wiki/Horseshoe_theory>. Acessado em 03/11/2016.

SADE, Donatien Alphonse François de. A filosofia na alcova. São Paulo: Iluminuras, 2000.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 7^a ed., 1988. (Coleção Primeiros Passos, vol 110)











SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997.

SILVA, Reginaldo Oliveira. Kant e Sade na alcova: sobre os paradoxos da ética moderna. **Pricícpios**: Revista de Filosofia. Natal, v. 21 n. 36, 2014. Disponível em https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/6297>. Acessado em 03/11/2016

WIKIPÉDIA. **Direito negativo**. Digital. Disponível em < https://pt.wikipedia.org/wiki/Direito_negativo Acessado em 03/11/2016.